

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.799 - MG (2015/0309880-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : PRISCILLA SANTOS CORDEIRO DE ANDRADE - MG092951
RECORRIDO : JOSÉ LUIZ TAFNER
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO COBRANÇA. REVISÃO DE CONTRATO. PRETENSÃO DE MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS CONTRATUAIS APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PEDIDO NÃO REALIZADO NA INICIAL. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ATUAL POSICIONAMENTO DO STJ. SÚMULA Nº 568 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO

DECISÃO

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (BANCO) ajuizou ação de cobrança em desfavor de JOSÉ LUIZ TAFNER (JOSÉ LUIZ), objetivando, em suma, o reconhecimento de dívida, a definição do seu valor, bem como a condenação do requerido ao pagamento atualizado da dívida, proveniente da emissão de cédula de crédito industrial.

Em primeiro grau, a ação foi julgada procedente.

O TJMG deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pelo BANCO para determinar que os juros de mora de 1% ao mês incidam sobre o valor do débito, a partir do ajuizamento da ação em acórdão, assim ementado:

AÇÃO ORDINÁRIA - CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL - ENCARGOS CONTRATUAIS - DÉBITO ATUALIZADO - JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL. Sendo apresentada pelo credor planilha com o valor do débito atualizado, a correção monetária devem incidir apenas a partir do ajuizamento da ação e os juros, da citação (e-STJ, fl. 301).

Inconformado, o BANCO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando ofensa aos (1) arts. 128 e 460, ambos do CPC/73, além de dissídio jurisprudencial, por entender que a decisão recorrida foi *extra e ultra petita*, à medida que determinou a substituição dos encargos contratuais por outros sem

Superior Tribunal de Justiça

previsão no contrato. (2) Sustentou que o TJMG errou ao afirmar que o recorrente não requereu a incidência de encargos contratuais sobre o montante pleiteado (e-STJ, fls. 308/324).

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 327).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso especial não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) e (2) Do mérito

BANCO alegou a ofensa aos arts. 128 e 460, ambos do CPC/73, além de dissídio jurisprudencial, por entender que a decisão recorrida foi *extra* e *ultra petita*, à medida que determinou a substituição dos encargos contratuais por outros sem previsão no contrato. Sustentou que o TJMG errou ao afirmar que o recorrente não requereu a incidência de encargos contratuais sobre o montante pleiteado.

O TJMG consignou que (i) o valor indicado na inicial engloba todos os encargos contratuais até o ajuizamento; (ii) não há incidência de encargos contratuais após o ajuizamento da ação mas apenas de encargos moratórios mas (iii) apenas dos encargos moratórios, confira-se:

A sentença de f. 235/237, foi publicada em 26 de março de 2013, vindo a Apelação em 16 de abril, no prazo recursal, devidamente preparada.

Estão presentes, portanto, os requisitos para conhecimento do recurso.

A controvérsia cinge-se à discussão da incidência dos encargos contratuais após o ajuizamento da ação.

No caso dos autos, o MM. Juiz condenou o Apelado ao pagamento do valor indicado no demonstrativo analítico da dívida acostado aos autos pelo Apelante, f. 22/32, no total de R\$1 423.873.29.

Constata-se que o valor reclamado na inicial engloba todos os encargos contratuais até o ajuizamento da ação.

Resta perquirir quais encargos devem incidir a partir de então.

Ressalte-se que o Apelante não requereu a incidência de

Superior Tribunal de Justiça

encargos contratuais sobre o valor pleiteado, pugnando pelo pagamento de quantia certa, conforme planilha de débito.

E mais, sendo a dívida liquidada com o ajuizamento da ação, os encargos contratuais e moratórios só podem incidir a partir daí, sob pena de bis in idem.

Desta forma, não há incidência de encargos contratuais após o ajuizamento da ação mas apenas de encargos moratórios, Quais sejam, juros de mora e correção monetária pela tabela da Corregedoria-Geral de Justiça.

Os juros moratórios, na hipótese de não haver termo certo para o cumprimento da obrigação, contam-se a partir da constituição do devedor em mora, quando se trata de mora ex persona.

[...]

Saliente-se que a Súmula 163 do Supremo Tribunal Federal, que determina a aplicação dos juros desde a citação, refere-se apenas às obrigações ilíquidas não se aplicando ao caso concreto, onde se tem dívida líquida e certa.

Todavia, conforme já mencionado, nos presentes autos o Apelante juntou planilha com o valor do débito atualizado, f. 22/32.

Assim, os juros de mora devem incidir a partir do ajuizamento da ação.

A respeito da correção monetária, o art. 1º da Lei 6.899/81 dispõe que:

Art 1º - A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

A tabela da Corregedoria-Geral de Justiça foi criada exatamente para pacificar os índices de correção monetária a serem aplicados sobre os débitos judiciais.

Assim, o índice de correção tem a finalidade exclusiva de manter a equivalência do valor da moeda e não remunera o capital, devendo incidir desde a data do inadimplemento.

Tendo o Apelante colacionado aos autos planilha com o valor do débito atualizado, f. 22/32, a correção monetária deve incidir apenas a partir do ajuizamento da ação [...] (e-STJ, fls. 303/305).

Nos termos dos arts. 128 e 460, ambos do CPC/73, a atividade jurisdicional está adstrita aos limites do pedido e da causa de pedir.

Contudo, o magistrado aplica o direito à espécie sem qualquer vinculação aos fundamentos jurídicos deduzidos na petição inicial.

No caso dos autos, como já consignado no acórdão recorrido, o BANCO pleiteou o pagamento da quantia de R\$ 1.423.873,29 (um milhão quatrocentos e vinte e três mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos), devendo tal valor ser atualizado até a data do efetivo pagamento, sendo forçoso reconhecer que não

Superior Tribunal de Justiça

houve qualquer fundamentação quanto à possibilidade de manutenção dos encargos contratuais após o ajuizamento da ação de cobrança (e-STJ, fls. 2/3).

O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado no STJ quanto à ausência de violação dos arts. 128 e 460, do CPC/73 nas hipóteses em que o julgador não viola os limites da causa.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ITBI. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ATUAL POSICIONAMENTO DO STJ.

1. Consoante os arts. 128 e 460 do CPC/1973, atuais 141 e 492 do CPC/2015, o vício de julgamento extra petita não se vislumbra na hipótese em que o juízo a quo, adstrito às circunstâncias fáticas (causa de pedir remota) e ao pedido constante nos autos, procede à subsunção normativa com amparo em fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelo autor e refutados pelo réu. O julgador não viola os limites da causa quando reconhece os pedidos implícitos formulados na inicial, não estando restrito apenas ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, sendo-lhe permitido extrair da interpretação lógico-sistemática da peça inicial aquilo que se pretende obter com a demanda.

[...]

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.803.155/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, j. 23/4/2019, DJe 31/5/2019)

Incide quanto ao ponto o óbice da Súmula nº 568 do STJ.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator